

Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos como espaços potenciais para o desenvolvimento de atividades extensionistas

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar o potencial dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFVs) para o desenvolvimento de atividades extensionistas. Para isso, foi realizada uma análise documental, revisão sistemática de literatura e reflexões a partir da vivência dos autores enquanto agentes que desenvolvem atividades extensionistas em SCFVs desde 2014. A análise documental indicou um grande número de SCFVs no Brasil, que assistem diferentes grupos de usuários, cujos objetivos específicos podem ser tomados como demandas para atividades de extensão. A revisão sistemática indicou lacunas de pesquisa, tal como o desenvolvimento de ações extensionistas objetivando a divulgação da Ciência, que acreditamos ser promissora no contexto da formação inicial de professores de Ciências. Ao explorar essa lacuna de pesquisa defendemos que os SCFVs são potenciais espaços para o desenvolvimento de atividades de extensão.

PALAVRAS-CHAVE: Centros de Convivência. Curricularização da extensão. Ensino de Ciências. Extensão universitária. Vulnerabilidade social.

Adriano Lopes Romero
Universidade Tecnológica Federal
do Paraná, UTFPR, Campo
Mourão, Paraná

João Victor Nunes Durço
Universidade Tecnológica Federal
do Paraná, UTFPR, Campo
Mourão, Paraná

Rafalle Bonzanini Romero
Universidade Tecnológica Federal
do Paraná, UTFPR, Campo
Mourão, Paraná

INTRODUÇÃO

No Brasil, a extensão adentrou legalmente o âmbito universitário a partir do Decreto-Lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931, cujos artigos 42 e 109 versam sobre formas de efetivar e os objetivos da extensão universitária (DALLA ZEN, 1980). A seguir, o Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967, estabeleceu no décimo artigo que “A Universidade, em sua missão educativa, deverá estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes” (BRASIL, 1967, *on-line*).

No ano seguinte, a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, reorientou e redefiniu o ensino universitário. Entre as inovações, “o tripé ensino, pesquisa e extensão passou a identificar o conjunto de atividades-fim da Universidade” (DALLA ZEN, 1980, p. 2). O artigo 20 da referida lei estabeleceu que “As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes”. Já o artigo 40 estabeleceu que as instituições de ensino superior “por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento” (BRASIL, 1968, *on-line*). A partir dessa lei, a extensão universitária “[...] passou a constituir uma nova função do ensino superior, lado a lado com o ensino e pesquisa. Antes disso, “[...] a extensão era considerada como atividade complementar ao ensino, organizada de forma ocasional e assistemática” (DALLA ZEN, 1980, p. 2).

Em 1996, por meio da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o foco da extensão mudou da participação dos discentes universitários para a participação da população. Segundo o artigo 43 da referida lei, uma das finalidades da Educação Superior é “VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996, *on-line*).

Em 2015, por meio da Lei nº 13.174, de 21 de outubro de 2015, um novo inciso relacionado à atividades extensionista foi incluído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996: “VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares” (BRASIL, 2015, *on-line*).

Entre os vários autores que se dedicaram a refletir/pesquisar sobre a extensão, destacamos Freire (1983, p. 15), que ao relacionar educação e extensão escreveu:

[...] educar e educar-se [...] é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.

Segundo Tavares e Freitas (2016, p. 40, grifos das autoras), a perspectiva freiriana contribuiu para que a extensão fosse entendida como “[...] interação

entre a universidade e a comunidade, [que permite] a construção do saber científico e a melhoria das condições de vida da população sob uma dinâmica pautada no inacabado, no constante vir a ser”. As autoras pontuam que as reflexões de Freire contribuíram para “o reconhecimento da importância e relação entre os saberes populares e acadêmicos [que] permitiu [...] uma percepção alargada no que se refere à natureza, processo e diversidade de ações possíveis por meio da extensão” (TAVARES; FREITAS, 2016, p. 42). A relação dialógica, evidenciada por Freire em sua concepção de extensão, “[...] poderá ser estabelecida durante o processo por meio da dinâmica de envolvimento e interação entre a universidade e a sociedade” (TAVARES; FREITAS, 2016, p. 86).

Paulatinamente, como pontuam Tavares e Freitas (2016, p. 20), a extensão foi se consolidando como uma das três atividades-fim da Universidade, passando “[...] a desempenhar um papel mais preponderante e ampliado na aprendizagem e no reconhecimento de saberes que não eram construídos no seio acadêmico”. Nesta perspectiva, considerada como uma função social da Universidade, a extensão é entendida “[...] como processo de aprendizagem e de diálogo com a sociedade, ampliando a possibilidade de produção de um conhecimento pautado na relação teórico-prática e na interação entre os saberes populares e científicos” (TAVARES; FREITAS, 2016, p. 21).

Ao longo da história da extensão universitária Brasileira, uma “grande diversidade de práticas atreladas a entendimentos distintos” culminou na defesa da “extensão como curso, prestação de serviços, complemento, remédio e instrumento político-social” por parte dos agentes e autores envolvidos com ações extensionistas (TAVARES; FREITAS, 2016, p. 47).

Santos (2005, p. 175), ao discutir a importância da extensão universitária no século XXI, considerou que:

[...] a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no currículo e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.

Vale ressaltar que as reflexões sobre extensão universitária de Santos (2005) permeiam a Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012, p. 28), que passou a ser conceituada como “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”. Essas reflexões se concretizaram na curricularização da extensão, estratégia prevista no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), Lei nº 13.005/2014, que foi regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018.

Esses documentos norteadores, ao versarem sobre extensão universitária, trazem “implicações no currículo e nas carreiras dos docentes” haja vista a necessidade de modificação curricular nos cursos de graduação para atender a legislação, fato que causa impactos administrativos e operacionais. No entanto,

[...] a curricularização da extensão é muito mais que creditar as ações de extensão no histórico do aluno. Consiste em uma nova forma de pensar e ver os componentes curriculares. É o ensino

vivenciado e ligado à práxis dos sujeitos envolvidos no processo de formação e às demandas da comunidade (PEREIRA; VITORINI, 2019, p. 19).

O PNE, ao indicar a meta 12.7 “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014, *on-line*), se alinha a projeção feita por Santos (2005, p. 175) ao pontuar que a Universidade deve ter uma “[...] uma participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural”.

Devido às características apresentadas, a extensão universitária “[...] ganha cada vez mais visibilidade no atual contexto frente às inúmeras ações e atividades que visam atender a crescente demanda da sociedade por resoluções de problemas que muitas vezes não são atendidos pelas políticas públicas vigentes” (DEL-MASSO et al., 2015, p. 2). Ao refletir sobre o papel da extensão universitária como possibilidade de transformação social, em Oliveira (2016, p. 14-15), observamos que “[...] frente a complexidade e a diversidade da realidade, é necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social”. Seguindo os princípios norteadores das atividades extensionistas (FORPROEX, 2012), muitas ações de extensão têm sido realizadas para atender demandas de pertinência social, tais como as que envolvem pessoas em vulnerabilidade social: (i) “ações socioeducativas na perspectiva do empreendimento cooperativo com vistas à autonomia de grupos em situação de vulnerabilidade social” (SUGAHARA, 2012, p. 167); (ii) o desenvolvimento de oficinas para idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade social com o objetivo de “estimular a adoção de hábitos alimentares saudáveis e transmitir demais informações relevantes para a autonomia alimentar” (PEREIRA et al., 2020, p. 170); (iii) o ensino da importância de hábitos adequados de higiene bucal para meninos em situação de vulnerabilidade social (BIACCHI; PERES; REGINATO, 2014).

No que tange os cursos de licenciatura, em especial os relacionados à área da Ciências da Natureza, vários exemplos de atividades extensionistas têm sido reportados na literatura (DOMINGUINI; ROSSO; GIASSI, 2013; BENEDETTI FILHO et al., 2020; MENEZES, 2020). De modo geral, os autores consideram que “a extensão universitária é imprescindível para a formação de professores críticos e reflexivos, éticos e socialmente comprometidos com a sua comunidade” (MENEZES, 2020, p. 82). Nessa perspectiva, a elaboração, desenvolvimento e avaliação de atividades extensionistas, inseridas no contexto da formação inicial de professores, pode contribuir para a “[...] construção e difusão de práticas de ensino inovadoras e fundamentadas na pesquisa, que podem auxiliar na superação de obstáculos ou na resolução de problemas encontrados no contexto escolar” (MILARÉ et al., 2020, p. 132). Já os espaços não escolarizados, embora tenha:

[...] grande potencialidade na educação, muitas vezes, passam despercebidos e não se configuram como uma prática reconhecida de educação complementar à educação formal [...]. Quando esses espaços se dedicam aos temas das ciências naturais, contribuem para a Alfabetização Científica, uma forma de compreender o

mundo natural e os eventos que acontecem à nossa volta (COSTA et al., 2021, p. 152).

Considerando os desafios que a curricularização da extensão traz para o contexto universitário e a vivência dos presentes autores enquanto formadores de professores e licenciando em Química de uma universidade pública federal, que juntos têm desenvolvido atividades extensionistas, o presente trabalho teve como objetivo analisar o potencial dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFVs) para o desenvolvimento de atividades extensionistas.

METODOLOGIA

Entendemos como “análise”, ação definida para o objetivo do presente trabalho, a partir da concepção filosófica, o ato de:

[...] desligar, decompor um todo em suas partes. [...] 1. Divisão ou decomposição de um todo ou de um objeto em suas partes, seja materialmente (análise química de um corpo), seja mentalmente (análise de conceitos) [...]. 2. Procedimento pelo qual fornecemos a explicação sensata de um conjunto complexo. [...] 3. Método de conhecimento pelo qual um todo é dividido em seus elementos constitutivos [...] (JAPIASSU; MARCONDES, 2001, p. 12).

Desta forma, a análise realizada foi dividida em três partes. No primeiro momento, por meio de análise documental, buscamos entender o papel dos SCFVs enquanto espaços que assistem pessoas em situação de vulnerabilidade social.

No segundo momento, realizamos uma revisão sistemática com o objetivo de responder a seguinte pergunta: Em que medida os SCFVs têm sido considerados espaços para o desenvolvimento de atividades extensionistas? Para avaliar a pertinência do uso dos SCFVs como espaços para o desenvolvimento de atividades de extensão, tais como a divulgação da ciência, realizamos, no dia quinze de agosto de 2022, uma revisão sistemática da literatura no Portal de Periódicos da Capes. Para a realização da revisão da literatura seguimos a metodologia PRISMA (MOHER et al., 2009) utilizando como critério de inclusão: seleção de artigos produzidos no contexto brasileiro e que retratam atividades de extensão realizadas com usuários de SCFVs, publicados em periódicos. Nos artigos selecionados identificamos: (i) O perfil dos usuários beneficiados com a atividade de extensão; (ii) O tipo de modalidade de extensão desenvolvida; (iii) O tipo de instituição no qual os agentes extensionistas estão vinculados e; (iv) Se os artigos versam sobre curricularização da extensão.

No terceiro momento, a vivência dos autores enquanto agentes que desenvolvem atividades extensionistas em SCFVs desde 2014 é relatada de forma a evidenciar se o projeto de extensão contribuiu para a curricularização da extensão. Para isso, buscamos identificar, no projeto de extensão “Popularização da Ciência como elemento de inclusão social” (ROMERO, 2022), a presença das diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de extensão universitária e os princípios norteadores das atividades extensionistas (FORPROEX, 2012).

DESENVOLVIMENTO

Na primeira seção, apresentamos aspectos gerais dos SCFVs enquanto espaços que assistem pessoas em situação de vulnerabilidade social. Na segunda seção, apresentamos uma revisão sistemática que buscou entender se os SCFVs têm sido considerados espaços para o desenvolvimento de ações extensionistas. Na terceira seção, apresentamos algumas considerações sobre nossa vivência enquanto agentes extensionistas em SCFVs.

Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Aspectos gerais

No contexto brasileiro, a assistência social enquanto política pública é relativamente nova, cujo marco normativo se inicia com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988). Como pontua Reis (2020, *on-line*), a assistência social:

[...] foi marcada durante muito tempo por ações de filantropia e benemerência. Além de estar apoiada na matriz do clientelismo com caráter meramente assistencialista, onde a ideia do direito e da proteção social ainda não baseavam a sua construção e o problema da pobreza era tido como fruto da incapacidade dos sujeitos de prover a sua própria subsistência, desconectadas das desigualdades sociais geradas pelo sistema capitalista.

A consolidação da área se deu por meio do Sistema Único de Assistência Social, que materializou um novo modelo de gestão para a efetivação da promoção da proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos em todo o território brasileiro. Alguns anos depois, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), permitiu a padronização dos serviços de proteção social básica e especial em todo o território nacional. Entre os três serviços que compõem a Proteção Social Básica destacamos o SCFV, que realiza atendimentos para grupos constituídos a partir do ciclo de vida dos usuários, sendo ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias e pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos.

O SCFV possui caráter preventivo, protetivo e proativo; pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Segundo dados da Secretaria Nacional de Assistência Social divulgados em 2021, 4.971 municípios brasileiros executam o SCFV, com o cofinanciamento do Governo Federal, em 6.521 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e em 8.233 Centros de Convivência. Os objetivos gerais do SCFV são comuns aos diferentes grupos de usuários, e para cada ciclo de vida, há resultados específicos a serem alcançados (Quadro 1).

Quadro 1 - Objetivos específicos definidos para alguns dos grupos de usuários dos SCFVs

Grupos de usuários	Objetivos específicos a serem alcançados
Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural de crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã; ✓ Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo; ✓ Contribuir para a inserção, reinserção e permanência no sistema educacional.
Adolescentes de 15 a 17 anos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural dos adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã; ✓ Propiciar vivências para o alcance de autonomia e protagonismo social; ✓ Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo moderno; ✓ Possibilitar o reconhecimento do trabalho e da educação como direitos de cidadania e desenvolver conhecimentos sobre o mundo do trabalho e competências específicas básicas; ✓ Contribuir para a inserção, a reinserção e a permanência dos adolescentes no sistema educacional.
Pessoas Idosas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo; ✓ Detectar suas necessidades e motivações, bem como desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida; ✓ Propiciar vivências que valorizem as suas experiências e que estimulem e potencializem a capacidade de escolher e decidir.

Fonte: Elaborado a partir de Medeiros (2022)

Como exposto nesta seção, a análise documental indicou um grande número de SCFVs no Brasil, que assistem diferentes grupos de usuários, cujos objetivos específicos podem ser entendidos como demandas a serem exploradas em atividades de extensão. Com base nesse entendimento, os professores extensionistas do presente trabalho, ao trabalhar com crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, identificaram nos objetivos específicos destacados no Quadro 1 demandas passíveis de serem trabalhadas em projetos de extensão condizentes com o esperado para a curricularização da extensão em um curso de Licenciatura em Química.

Em que medida os SCFVs têm sido considerados espaços para o desenvolvimento de ações extensionistas?

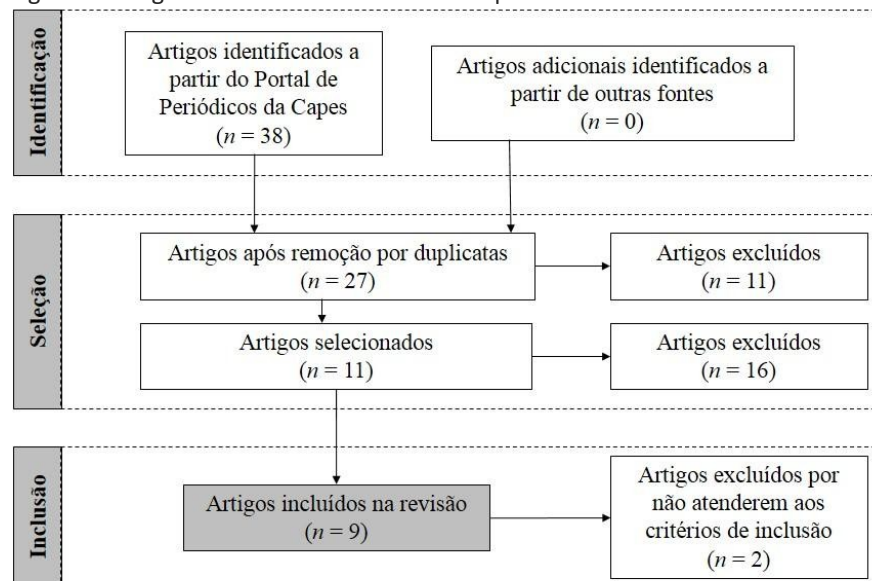
Ao realizar a revisão sistemática, observamos que a busca pelo termo SCFV resultou em 26 artigos, nenhum desses artigos apresentou os termos divulgação da ciência, divulgação científica, popularização da ciência, ou ensino de ciências. A busca pelo termo centro de convivência resultou em 357 artigos, nenhum desses artigos apresentou os termos divulgação da ciência, divulgação científica ou ensino de ciências.

A ausência de artigos com essas temáticas indicam lacunas de pesquisa - “[...] questões ainda não estudadas ou completamente resolvidas no arcabouço de conhecimentos científicos já estruturados” (LUGOBONI, 2017, p. 5) -, que acreditamos ser promissora no contexto da formação inicial de professores de Ciências, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de atividades de extensão.

A partir disso, optamos pelo termo centro de convivência, ao invés de serviço de convivência e fortalecimento de vínculo, para realização da revisão da literatura. Adicionalmente, os descritores de assunto utilizados na busca foram educação ambiental, alimentos e educação em saúde. No diagrama apresentado na Figura 1, indicamos as etapas realizadas na revisão sistemática.

A fase de identificação resultou em 38 artigos, sendo 23 relacionados ao termo educação em saúde, 12 ao termo alimentos e três ao termo educação ambiental no contexto dos Centros de Convivência. Na fase de seleção, que consistiu na leitura dos títulos e resumos dos artigos, 11 artigos foram excluídos por duplicação e 16 foram excluídos por considerarem os usuários dos SCFVs apenas sujeitos de estudo (aplicando questionários ou realizando entrevistas). Na fase de inclusão, dois dos resultados da pesquisa foram excluídos por se tratarem de resumos de eventos publicados em periódicos. Sendo assim, a revisão da literatura resultou em nove artigos (Quadro 2), resultantes dos descritores educação em saúde ($n = 7$), educação ambiental ($n = 1$) e alimentos ($n = 1$).

Figura 1 - Diagrama PRISMA indicando as etapas utilizadas na revisão sistemática



Fonte: Autoria própria (2022)

Quadro 2 - Dados dos artigos selecionados na revisão sistemática

Código	Dados do artigo	Perfil dos usuários	Descritor	Modalidade	Tipo de instituição
ART1	SILVEIRA, B. V.; SOARES, A. N.; REINALDO, M. S. Oficinas em saúde mental: vertentes de uma proposta de educação em saúde. <i>Revista de Enfermagem UFPE on line</i> , v. 4, n. 4, p. 1808-18814, 2010.	Não identificado	Educação em Saúde	Projeto	Universidade Federal
ART2	SOARES, A. N.; REINALDO, A. M. S. Oficinas terapêuticas para hábitos de vida saudável: um relato de experiência. <i>Escola Anna Nery</i> ,	Não identificado	Educação em Saúde	Projeto	Universidade Federal

	v. 14, p. 391-398, 2010.				
ART3	COTTA, E. M. et al. Oficina Bem Viver: Construção de tecnologias e significados de educação em saúde na área da saúde mental. Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas , v. 6, p. 471-492, 2010.	Não identificado	Educação em Saúde	Projeto	Universidade Federal / Particular
ART4	OLIVEIRA, F. A. et al. Educação em saúde e a construção mútua das práticas: aplicação em um centro de convivência para idosos. Revista Brasileira de Extensão Universitária , v. 8, n. 2, p. 75-82, 2017.	Pessoas idosas	Educação em Saúde	Projeto	Universidade Particular / Hospital
ART5	OLIVEIRA, F. A. et al. Estratégias educativas para promoção da saúde de idosos de um centro de convivência. Revista Conexão UEPG , v. 13, n. 3, p. 500-511, 2017.	Pessoas idosas	Educação em Saúde	Ação	Faculdade Particular / Universidade Estadual
ART6	CRUZ, C. B. et al. Ativa idade. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica , v. 1, n. 14, p. e6876-e6876, 2018.	Pessoas idosas	Educação em Saúde	Projeto	Instituto Federal
ART7	ROMERO, A. L. et al. Trabalhando com Educação em Saúde em espaços não-formais de ensino e aprendizagem. Arquivos do Mudi , v. 24, n. 3, p. 71-86, 2020.	Crianças e adolescentes com idade entre 6 a 15 anos	Educação em Saúde	Projeto	Universidade Federal
ART8	ZIECH, A. R. D. et al. Minhocário como alternativa sustentável para destinação e transformação de resíduos orgânicos. Caminho Aberto: Revista de Extensão do IFSC , v. 16, p. 1-7, 2022.	Adolescentes com idade entre 12 e 17 anos	Educação Ambiental	Projeto	Universidade Federal
ART9	MONTEIRO, M. A. M.; SILVA, L. N.; REINALDO, A. M. S. Oficinas educativas de nutrição como estratégia para a promoção de modos de vida saudável. Caminho Aberto: Revista de Extensão do IFSC , v. 16, p. 1-21, 2022.	Adultos com idade entre 25 a 60 anos	Alimentos	Projeto	Universidade Federal

Fonte: Autoria própria (2022)

Entre os artigos selecionados, observamos que: (i) quatro dos artigos indicam pessoas idosas ou adultos como sujeitos participantes do trabalho; (ii) três dos artigos não indicam o perfil dos usuários atendidos pelos centros de convivência em que o trabalho foi realizado; dois dos artigos indicam crianças e/ou adolescentes como público-alvo do trabalho.

Em relação à modalidade da atividade extensionista, os artigos selecionados são oriundos majoritariamente de projetos de extensão e apenas um (ART5) se refere à uma ação de extensão. Em relação ao tipo de instituição na qual os agentes extensionistas estão filiados, os artigos selecionados são, em sua maioria, de autores vinculados às instituições de ensino superior públicas.

Nenhum dos artigos selecionados discute se as atividades de extensão reportadas contribuem para atender à curricularização da extensão prevista no PNE 2014-2024. No entanto, a maioria dos artigos buscam retratar a participação de graduandos e eventualmente a relação com disciplinas dos cursos de graduação: “[...] é fruto de atividades extensionistas vivenciadas por acadêmicos de enfermagem, em um centro de convivência para idosos [...]” (ART5, p. 502); “Esse projeto [...] passou a fazer parte do rol de projetos da disciplina com caráter extensionista Projeto Integrador: Química e Sociedade do curso de Licenciatura em Química [...]” (ART7, p. 75); “O projeto de extensão busca a

integração dos estudantes e professores de Nutrição e Enfermagem com os colaboradores do Centro de Convivência [...]” (ART9, p. 7).

A revisão sistemática ora apresentada indica lacunas de pesquisa, tal como o desenvolvimento de ações extensionistas objetivando a divulgação da Ciência, que acreditamos ser promissora no contexto da formação inicial de professores de Ciências. Ao explorar essa lacuna de pesquisa, os autores elaboraram, em conjunto com servidores da Secretaria de Ação Social de Campo Mourão/PR, um projeto de extensão para o desenvolvimento de oficinas temáticas para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

A vivência dos autores enquanto agentes extensionistas em SCFVs

Em 2012, a partir de uma reunião com servidores da Secretaria de Ação Social de Campo Mourão/PR e líderes do Grupo de Pesquisa em Ensino de Química (GPEQ) da UTFPR, foram levantadas diversas demandas dos diferentes usuários dos SCFVs. A interseção de demandas dos SCFVs e interesses e possibilidade de ação do GPEQ resultou na redação de um programa de extensão, "Laboratório Itinerante de Ciências: Popularização da Ciência como Elemento de Inclusão Social", que foi submetido ao edital Programa de Extensão Universitária (PROEXT 2013 - MEC/SESu), mas não foi contemplado com recursos financeiros. No ano seguinte, o programa Laboratório Itinerante de Ciências passou por uma reformulação e foi submetido ao edital PROEXT 2014 - MEC/SESu, sendo aprovado com recursos financeiros (R\$ 150 mil) para o pagamento de bolsas de extensão para graduandos e aquisição de materiais de consumo e pequenos equipamentos. Nos anos seguintes, até a presente data, o programa mudou para a modalidade projeto, sendo objeto de termo de cooperação assinado entre a UTFPR e a prefeitura de Campo Mourão. O projeto de extensão foi homologado pela PROREC-UTFPR e tem sido mantido com recursos financeiros institucionais.

Dessa forma, em 2014, o GPEQ passou a desenvolver atividades extensionistas em seis SCFVs de Campo Mourão atendendo crianças e adolescentes de 6 a 15 anos. Em acordo com os profissionais da Secretaria de Ação Social foi definido que os encontros seriam no formato de oficinas temáticas, de modo que a assiduidade dos assistidos não prejudicasse a aprendizagem dos temas a serem trabalhados. Os temas foram selecionados levando em consideração a “[...] inexistência de atividades educacionais para as crianças/adolescentes que frequentam diariamente esses centros” (ROMERO, 2022, p. 5) e os objetivos específicos elencados pelo Plano de Ação Social da prefeitura de Campo Mourão/PR, tais como:

[...] Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes. [...] Contribuir para inserção, reinserção e permanência da criança e do adolescente no sistema educacional. [...] Organizar atividades que levem crianças e adolescentes a refletirem sobre a importância da frequência e participação nas atividades escolares, bem como, criar parcerias com a rede de ensino (CAMPO MOURÃO, 2018, p. 11).

O projeto de extensão apresenta vários objetivos, que vão desde atender a demandas do SCFVs até contribuir para a curricularização da extensão:

[...] a realização de atividades extensionistas de popularização da Ciência como elemento de inclusão social de famílias em situação de vulnerabilidade social, tendo como público alvo: (i) diretamente as crianças e adolescentes de 6 a 14 anos assistidas pelos Serviços de Convivência de Campo Mourão [...]. Além disso, o projeto tem contribuído para a curricularização da extensão no curso de Licenciatura em Química (que desde 2018 possui disciplina de caráter extensionista [...]) e pretende contribuir com outros cursos de graduação do campus Campo Mourão [...] cuja oferta de disciplinas com caráter extensionista se inicia em 2023 (ROMERO, 2022, p. 2).

As diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de extensão universitária (FORPROEX, 2012) foram seguidas de modo a melhorar as características extensionista do projeto:

O projeto baseia-se na Interação Dialógica entre profissionais da Secretaria Municipal de Ação Social [...] que conhecem as diferentes realidades e necessidades das crianças assistidas pelos Serviços de Convivência [...] (público-alvo do presente projeto, cujas atividades de popularização da Ciência a serem realizadas podem contribuir para o Impacto e Transformação Social), com professores e estudantes [...] da UTFPR. A formação pluralista dos envolvidos na execução do projeto (professores, estudantes e servidores da Secretaria Municipal de Ação Social) permite explorar a perspectiva interdisciplinar prevista no projeto, assim como os aspectos de interprofissionalidade presentes no trabalho colaborativo para alcançar os objetivos em comum (ROMERO, 2022, p. 2).

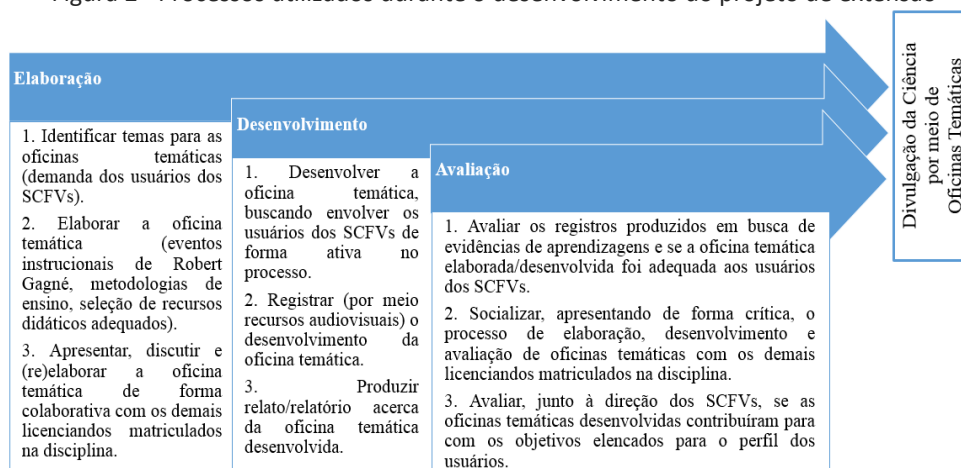
Para alcançar os objetivos propostos o projeto está pautado na indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão:

[...] A primeira vertente - **Ensino** - se faz presente por envolver estudantes de graduação, conhecimentos científicos e processos cognitivos abordados/demandados em disciplinas dos cursos Licenciatura em Química [...]. A segunda vertente - **pesquisa** - se faz presente ao se estudar teorias de ensino e aprendizagem adequadas considerando a heterogeneidade do público-alvo, assim como temas científicos para serem recontextualizados para o contexto educacional [...]. A terceira vertente - **extensão** - se faz presente por justificar a elaboração, desenvolvimento e avaliação de atividades objetivando a popularização da Ciência, que visa atender a uma demanda real de crianças em situação de vulnerabilidade social, como uma forma de contribuir para a inclusão social das mesmas. A interação dialógica com servidores da Secretaria Municipal de Ação Social [...], crianças atendidas nas atividades de popularização da Ciência contribuirá para retroalimentar as ações realizadas nas vertentes ensino e pesquisa (ROMERO, 2022, p. 2).

A cada ano, de forma a contribuir para a interação dialógica entre extensionistas e profissionais da Secretaria de Ação Social, os temas a serem trabalhados nos SCFVs são debatidos e alinhados às necessidades do público-alvo. No ano de 2022, por exemplo, o conjunto de oficinas temáticas, que explorou diferentes formas de poluição (visual, olfativa e auditiva), foi desenvolvido em seis SCFVs com 117 crianças/adolescentes de 6 a 15 anos. O

projeto tem sido executado por meio de três processos: elaboração, desenvolvimento e avaliação de oficinas temáticas (Figura 2).

Figura 2 - Processos utilizados durante o desenvolvimento do projeto de extensão



Fonte: Autoria própria (2022)

As oficinas temáticas sobre poluição foram desenvolvidas - pela bolsista do projeto e licenciandos/as em Química matriculados na disciplina extensionista “Projeto Integrador: Química e Sociedade” - na perspectiva de que o tripé universitário é um dos principais instrumentos para alcançar as mudanças socioambientais presentes na sociedade atual. De acordo com Bonassina e Kuroshima (2021), por meio da extensão universitária há possibilidade de incentivar e despertar o conhecimento acerca das questões ambientais sob um olhar sustentável em diversos locais.

A partir dos processos indicados na Figura 2 os graduandos participantes do projeto de extensão percebem a presença do tripé universitário. As etapas indicadas no processo de elaboração, por exemplo, demandam de ações - tais como elaboração de oficinas temáticas e seleção de recursos didáticos adequados considerando a heterogeneidade de idade e de nível cognitivo dos usuários - apreendidas em disciplinas das áreas de Educação e Ensino de Ciências (vertente Ensino).

No processo de desenvolvimento, os graduandos aplicam as oficinas temáticas elaboradas, que inevitavelmente são adaptadas às características dos diferentes SCFVs. Ainda nesse processo, os graduandos aprendem a importância dos registros das atividades extensionistas, produção de relatos e relatórios que propiciem reflexões sobre as ações desenvolvidas (ROMERO et al., 2020), buscando identificar o atendimento às demandas e objetivos específicos dos usuários assistidos pelos SCFVs (vertente Extensão).

No processo de avaliação, os graduandos aprendem a utilizar métodos característicos da vertente Pesquisa para avaliar se as oficinas temáticas

atingiram os objetivos do projeto, contribuem para as demandas dos usuários e objetivos específicos elencados para serem trabalhados nos SCFVs. Levando em consideração o contexto e os tipos de materiais coletados ao longo do desenvolvimento do projeto - transcrição das gravações das oficinas temáticas, produções realizadas pelas crianças/adolescentes, relatos e relatórios produzidos por graduandos, formulários de avaliação das coordenadoras dos SCFVs - que tipificam uma pesquisa de caráter qualitativo, o principal método utilizado para analisar os dados gerados é a análise de conteúdo {para isso temos utilizado Bardin (2011) como referencial}.

A título de exemplificação da aplicação do método de análise de conteúdo, apresentamos o Quadro 3 resultante da análise dos relatos (identificados como R1, R2, R3, R4, R5 e R6) produzidos em 2022 por licenciandos participantes da disciplina extensionista.

Quadro 3 - Categorias emergentes, e seus respectivos excertos, identificadas durante a análise de relatos produzidos por licenciandos participantes do projeto de extensão

Estratégias utilizadas para favorecer e incentivar o processo de aprendizagem	
Relato	
R1	Para estimular a participação das crianças, nós planejamos algumas perguntas.
R2	[...] fizemos um experimento utilizando uma garrafa pet para mostrar os males do cigarro [...] realizamos um experimento utilizando um prato, uma vela e um fósforo.
R3	No início da aula nós trouxemos charges [...] nós levamos um decibelímetro, para trabalhar qual era a quantidade de som julgada como ideal para um ambiente saudável.
R4	[...] interessante trabalhar em um círculo, onde elas se encontram umas de frente para as outras, propiciando um contato interessante.
R5	[...] fez-se um experimento acerca do cigarro, onde foi representado por meio de duas garrafas, devidamente preparadas, dois pulmões.
R6	Os questionamentos motivadores [...].
Realidade das crianças/adolescentes assistidos pelos SCFVs	
Relato	
R4	[...] necessário acessar a realidade em que eles estão inseridos, portanto, foram questionadas sobre como é o bairro em que vivem, como e onde o lixo de suas casas é descartado.
R5	A condição que elas estão inseridas jamais pode determinar o que elas serão, e se existe um mundo do qual elas não fazem parte, é função da educação dar condições para que elas consigam chegar lá.
R6	O uso de fones de ouvidos [...].
Temas trabalhados nas oficinas temáticas	
Relato	
R1	[...] o conteúdo trabalhado foi sobre a conscientização ambiental através da reciclagem [...] foi apresentado o conteúdo do meio ambiente, trabalhando com o sentido da visão e audição.
R2	[...] sobre a poluição atmosférica, sobre a contaminação do ar, sobre a diminuição da poluição e também sobre os principais problemas de saúde que a poluição atmosférica nos traz.
R5	[...] explicitado o mal que este causa, muitas delas indagaram se o narguilé fazia mal também, havia vista que, pelo menos um terço delas fazia uso.
Evidências de aprendizagem e conscientização das crianças/adolescentes participantes das oficinas temáticas	
Relato	
R1	Houve apropriação de conhecimentos pois mesmo cobrindo o nome das

	lixeiros, as crianças foram capazes de fazer o descarte correto dos lixos recicláveis.
R2	[...] conscientizamos as crianças para evitar a poluição do ar e apresentamos maneiras de como podemos diminuir essa poluição.
R3	[...] eles comentaram na separação de latinhas de refrigerante que começaram a fazer em casa e na escola.
R4	As crianças não sabiam da existência de diferentes cores de lixeiras [...] depois da explicação conseguiram associar bem o descarte dos materiais a suas respectivas cores [...].
R5	Apresentaram êxito ao relacionar os familiares fumantes a uma saúde debilitada e a futuros problemas ocasionados pelo vício.
R6	Retrataram conhecimento sobre o lixo descartado no lugar indevido, bueiros entupidos, queimadas e poluição sonora.

Fonte: Autoria própria (2022)

Como exposto nesta seção, desde 2012 uma interação dialógica tem sido mantida com os servidores da Secretaria de Ação Social de Campo Mourão buscando a interseção entre demandas dos SCFVs e interesses e possibilidade de ação do GPEQ. Nesse ínterim, por meio da influência de documentos norteadores que versam sobre extensão universitária e também dos editais de fomento da PROREC-UTFPR, consideramos que o projeto melhorou o atendimento às diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de extensão universitária e os princípios norteadores das atividades extensionistas. Tal fato provocou um efeito positivo em nossa práxis extensionista, que tem propiciado a vivência de licenciandos em Química em espaços não escolarizados e a interação com crianças/adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, retomando o objetivo do presente trabalho, defendemos que os SCFVs são potenciais espaços para o desenvolvimento de atividades de extensão e tem muito a contribuir para a curricularização da extensão em diferentes cursos de graduação. As vivências, ainda que parcialmente relatadas no presente trabalho, corroboram com: (i) os contributos, identificados por Freitas e Tavares (2016, p. 127), da extensão para a formação acadêmica, tal como “[...] a construção e socialização do conhecimento científico, com a promoção e difusão da cultura e com a interação entre a universidade e a sociedade”; (ii) Oliveira (2016, p. 14) ao considerar “[...] a realização das atividades de extensão como um caminhar coletivo e cooperativo [...] em busca de ação cidadã para superar as situações de desigualdade e de exclusão existentes no Brasil”.

Levando em consideração a necessidade de atender a curricularização da extensão no Ensino Superior e a presença de SCFVs em todo o território nacional, reforçamos que as instituições de ensino superior devem considerar esses espaços - os usuários assistidos e os objetivos elencados pela área da Assistência Social - como potenciais lócus para o desenvolvimento de atividades extensionistas. Além da troca de saberes populares (por parte dos usuários dos SCFVs) e científicos (por parte dos agentes extensionistas), que pode enriquecer as vertentes Ensino e Pesquisa do tripé universitário, o desenvolvimento de

atividades extensionistas nos SCFVs pode contribuir para a mitigação das diversas vulnerabilidades nas quais os usuários desses serviços estão submetidos.

Living Services and Strengthening Linkages as potential spaces for the development of extension activities

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the potential of the Living Services and Strengthening Linkages (LSSLs) for developing extension activities. To this end, a documentary analysis, systematic literature review, and reflections based on the authors' experiences as agents who have developed extension activities in LSSLs since 2014 were conducted. The documentary analysis indicated many LSSLs in Brazil, which assist different groups of users whose specific objectives can be taken as demands for extension activities. The systematic review indicated research gaps, such as the development of extension actions aimed at science dissemination, which are promising in the context of initial training of science teachers. By exploring this research gap, we argue that the LSSLs are potential spaces for developing extension activities.

KEYWORDS: Living Centers. Extension curriculum. Science teaching. University Extension. Social vulnerability.

AGRADECIMENTOS

À PROREC-UTFPR pela bolsa de extensão, aos servidores dos SCFVs e aos licenciandos em Química que participaram do projeto de extensão “Popularização da Ciência como elemento de inclusão social”.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

BENEDETTI FILHO, E. et al. Clube de ciências: a importância da extensão universitária na formação docente de graduandos de licenciatura em Química. **Cidadania em Ação: Revista de Extensão e Cultura**, v. 4, n. 1, p. 61-75, 2020.

BIACCHI, G. R.; PERES, P. E. C.; REGINATO, C. F. D. M. Atenção à saúde bucal de crianças em vulnerabilidade social: relato de ação. **Raízes e Rumos**, v. 2, n. 2, p. 9-9, 2014.

BONASSINA, A. L. B.; KUROSHIMA, K. N. Impactos do ensino, pesquisa e extensão universitária: instrumento de transformação socioambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 16, n. 1, p. 163-180, 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967**. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1967]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-252-28-fevereiro-1967-376151-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2014]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.174, de 21 de outubro de 2015**. Insere inciso VIII no art. 43 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, entre as finalidades da educação superior, seu envolvimento com a educação básica. Brasília: Presidência da República, [2015]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13174.htm#art1. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1968]. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação: Conselho Nacional de Educação: Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de Dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, [2018]. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 11 e 12 de novembro de 2009, no uso da competência que lhe conferem os incisos II, V, IX e XIV do artigo 18 da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS. Brasília: Diário Oficial da União, [2009]. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

CAMPO MOURÃO. **CRAS: Centro de Referência da Assistência Social - Plano de Ação 2018**.

COSTA, C. et al. Formação docente e extensão universitária: experiências compartilhadas por meio do projeto "Toda cidade ensina". **Vivências**, v. 17, n. 34, p. 149-165, 2021.

DALLA ZEN, A. M. **A atividade de extensão na UFRGS: êxitos, falhas e perspectivas**. 1980. 215f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/139797>. Acesso em: 20 jan. 2023.

DEL-MASSO, M. C. S. et al. Extensão universitária e as demandas sociais. **Revista Ciência em Extensão**, v. 11, n. 1, p. 2-7, 2015.

DOMINGUINI, L.; ROSSO, P.; GIASSI, M. G. Extensão e a formação continuada de professores: um estudo de caso em Ciências Naturais. **Revista Ciência em Extensão**, v. 9, n. 1, p. 124-134, 2013.

FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão**. Manaus: FORPROEX, 2012.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LUGOBONI, L. F. Identificação de uma lacuna de pesquisa. **Revista Liceu On-Line**, v. 7, n. 2, p. 5, 2017.

MEDEIROS, J. SCFV: Tudo o que você precisa saber sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. **GESUAS**, 2022. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/scfv/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

MENEZES, J. P. C. Contribuição da extensão universitária na formação inicial docente em Ciências Biológicas. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, v. 8, n. 1, p. 74-85, 2020.

MILARÉ, T. et al. Oficinas Temáticas sobre Química e Cidadania: Pesquisa, Ensino e Extensão. **Revista Extensão & Cidadania**, v. 8, n. 14, p. 130-145, 2020.

MOHER, D. et al. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. **Annals Internal of Medicine**, v. 151, n. 4, p. 264-269, 2009.

OLIVEIRA, M. R. Prefácio. In: GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. S. **Princípios da Extensão Universitária**: Contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: CRV, 2016.

PEREIRA, N. C. T. C. et al. Ações de educação alimentar e nutricional com grupos em vulnerabilidade social: relato de experiência. **Revista Ciência Plural**, v. 6, n. 2, p. 170-191, 2020.

PEREIRA, N. F. F.; VITORINI, R. A. S. Curricularização da Extensão: Desafio da Educação Superior. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, v. 7, n. 1, p. 19-29, 2019.

REIS, K. Marcos normativos do Sistema Único de Assistência Social. **GESUAS**, 2020. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/marcos-normativos-do-suas/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ROMERO, A. L. et al. Trabalhando com educação em saúde em espaços não-formais de ensino e aprendizagem. **Arquivos do Mudi**, v. 24, n. 3, p. 71-86, 2020.

ROMERO, R. B. **Popularização da Ciência como elemento de inclusão social.** Projeto de extensão homologado pela PROREC-UTFPR. 2022.

SANTOS, B. S. A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 23, p. 137-202, 2005.

SUGAHARA, C. R. A extensão universitária como ação socioeducativa. **Revista Conexão UEPG**, v. 8, n. 2, p. 167-169, 2012.

TAVARES, C. A. R.; FREITAS, K. S. **Extensão universitária: O patinho feio da academia?** Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

Recebido: 02/02/2023

Aprovado: 13/08/2023

DOI: 10.3895/rts.v19n58.16375

Como citar:

ROMERO, A. L.; DURÇO, J. V. N.; ROMERO, R. B. Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos como espaços potenciais para o desenvolvimento de atividades extensionistas. **Tecnol. Soc.**, Curitiba, v. 19, n. 58, p. 290-306, out./dez., 2023. Disponível em:

<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/16375>

Acesso em: XXX.

Correspondência:

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

